



# Calheiros como relator é revés para Planalto

Governo fracassa na tentativa de evitar que o senador, crítico do presidente Jair Bolsonaro, ficasse com a função estratégica na CPI da Covid. Presidente da Casa, Rodrigo Pacheco anuncia o início dos trabalhos do colegiado para dia 22 ou 27

Sérgio Lima/AFP

» JORGE VASCONCELLOS

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que a reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid ocorrerá após o feriado de 21 de abril, possivelmente no dia 22 ou 27. O anúncio, feito ontem, frustra de vez os planos de aliados do governo, que pressionavam pelo adiamento dos trabalhos. Outra definição foi a escolha, por meio de acordo entre os integrantes do colegiado, de Renan Calheiros (MDB-AL) como relator, uma preocupação a mais para o Planalto. A comissão será presidida por Omar Aziz (PSD-AM).

O acordo foi selado entre os opositores e os chamados independentes que compõem a CPI, em meio às tentativas do governo de colocar na relatoria o senador Eduardo Braga (MDB-AM), em lugar de Calheiros. Porém a proximidade entre os dois parlamentares, reforçada quando o alagoano perdeu as eleições para o Senado em 2019, impediu que a ofensiva do Planalto fosse bem-sucedida.

Calheiros é considerado a voz mais crítica ao governo dentro do MDB, dono da maior bancada do Senado e que, por esse motivo, teve preferência de escolha entre a presidência e a relatoria da CPI. O político alagoano ainda não engoliu a manobra do governo que levou o partido a abandonar candidatura própria à presidência do Senado, em fevereiro deste ano, o que favoreceu a vitória de Pacheco.

Pai do governador de Alagoas, Renan Filho (MDB), Calheiros se opõe aos ataques do presidente Jair Bolsonaro aos gestores estaduais que adotam lockdown e outras restrições contra o avanço da covid-19. Também desagradou ao parlamentar a pressão bem-sucedida do Planalto para que a CPI, além da meta original de apurar ações e omissões do governo federal na pandemia, investigue os repasses da União para estados e municípios voltados ao enfrentamento da crise sanitária.



Pai do governador de Alagoas, Renan Calheiros se opõe aos ataques de Bolsonaro aos gestores estaduais por adotarem medidas restritivas

Dos 11 titulares da comissão, apenas quatro são aliados do governo: Ciro Nogueira (PP-PI), Marcos Rogério (RO), Jorginho Mello (PL-SC) e Eduardo Girão (Podemos-CE). Já na frente oposicionista, os escolhidos foram Humberto Costa (PT-PE) e o líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Os cinco senadores independentes, por sua vez, são conhecidos por votarem a favor de muitos projetos do Executivo, sem deixar de lado, porém, críticas à atuação federal na pandemia e em outros assuntos. Esse grupo

reúne, além de Renan Calheiros, Omar Aziz e Eduardo Braga, Otto Alencar (PSD-BA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Autor do requerimento de criação da CPI, Randolfe Rodrigues estava de olho na presidência da comissão, mas abriu mão em favor de Aziz, para evitar que o colega se aproximasse dos governistas. Ontem, no entanto, o senador do PSD relativizou a atuação do Executivo na crise sanitária e disse que outros gestores também cometeram erros. “Não tem governo, seja de direita, seja de centro ou esquerda, que não

tenha cometido equívocos nesta pandemia. Em todos os estados está tendo morte”, frisou. “João Dória (governador de São Paulo) é 100% contrário ao pensamento de Bolsonaro. São Paulo, por acaso, está vivendo um mar de rosas?”, questionou o parlamentar, em entrevista ao *Estadão*.

## Presencial

Pacheco disse, também ontem, que a Secretaria-Geral da Mesa do Senado publicará, na segunda-feira, ato com os procedimentos para a primeira reu-

nião da CPI, que será presencial. Na ocasião, devem ser eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado, em votação secreta. Também será formalizado o nome do relator.

O presidente do Senado reafirmou que, no entendimento dele, o funcionamento de uma CPI precisa ser presencial, em razão da exigência de segurança e sigilo para os atos e encaminhamentos — como inquirição de testemunhas e incomunicabilidade de testemunhas, entre outros. Mas o parlamentar frisou que a avaliação e a definição

dos métodos caberão aos membros da comissão.

“Deverá haver o encaminhamento de um acordo de procedimentos em relação àquilo que necessariamente deve ser feito de forma presencial e àqueles atos que possam ser passíveis de serem realizados pelo sistema virtual”, afirmou, observando que “muitos atos, na sua essência, impedem a reunião presencial”. Ele também assegurou que, para os procedimentos que tenham de ser realizados presencialmente, a Casa garantirá todos os protocolos de segurança sanitária.



**Não tem governo, seja de direita, seja de centro ou esquerda, que não tenha cometido equívocos nesta pandemia. Em todos os estados está tendo morte”**

**Omar Aziz, senador que presidirá a CPI**

# Colegiado será desafio no Senado

» ISRAEL MEDEIROS

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou, ontem, que caberá ao presidente do colegiado — a ser confirmado, possivelmente na semana que vem — definir se as atividades ocorrerão presencialmente, de forma mista ou totalmente on-line. O problema é que o sistema criado para deliberação de matérias na Casa não foi feito para uma CPI, o que pode comprometer sigilo de reuniões.

Ao *Correio*, o novo secretário-geral da Mesa do Senado, Gustavo Sabóia, disse que, para manter a segurança das sessões na Casa, o sistema é projetado para registrar a identidade dos parlamentares, o que poderia dificultar e até mesmo impossibilitar a realização de reuniões que exijam sigilo da identidade dos participantes. De acordo com ele, o trânsito de informações sigilosas não é exatamente uma novidade para o Senado, mas frisou ainda não ser possível garantir a incomunicabilidade de testemunhas durante depoimentos.

“Vejo como pouco provável fa-

zer isso de forma remota, me parece uma hipótese distante. Nesse caso, o melhor seria contar com a presença do interrogado”, comentou. “É óbvio que o sistema, em termos de reunião, tem limitações. É praticamente impossível, por mais que seja seguro, por mais que o parlamentar esteja com a câmera ligada, saber se alguém está gravando a reunião ou presente no mesmo ambiente.”

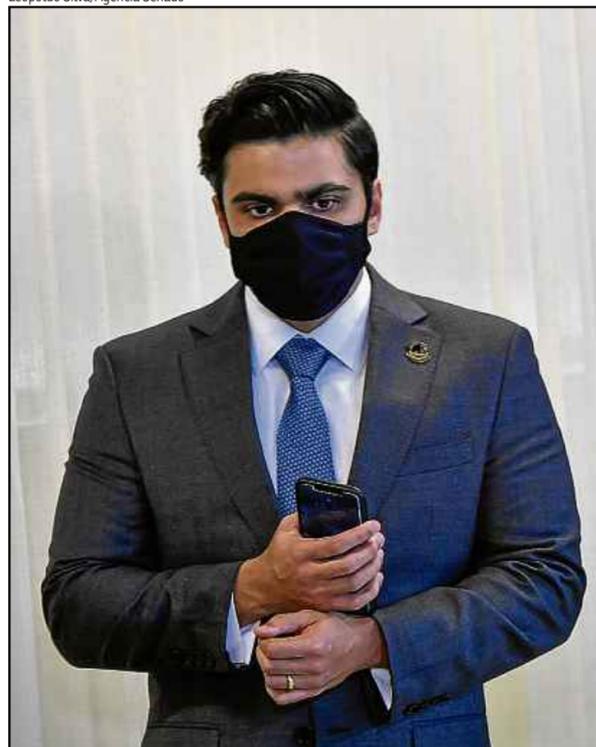
O que já está definido é que a eleição do presidente e vice-presidente da CPI será feita presencialmente, pois o voto é secreto, conforme determina o regimento da Casa. Sabóia destacou, no entanto, que a Secretaria-Geral da Mesa tem trabalhado visando garantir um ambiente mais seguro para os trabalhos presenciais. “O Senado já funcionou presencialmente em algumas oportunidades durante a pandemia. Estamos em conversas constantes com a diretoria para acertar medidas que possam garantir a segurança dos senadores”, enfatizou. “Uma dessas medidas é maior distanciamento de cadeiras, aumento da frequência de testes de co-

vid-19 nos servidores, e o Senado tem se colocado à disposição para garantir a segurança dos parlamentares.”

Sabóia foi oficializado como secretário-geral da Mesa na última terça-feira, após atuar como servidor da Casa por nove anos. Ele já trabalhou na assessoria especial do Ministério da Infraestrutura e no Poder Judiciário. A convivência com a presidência do Senado, segundo ele, foi um diferencial para que recebesse o convite.

“É um desafio grande, mas, para mim, uma honra especial. Meu avô foi consultor legislativo do Senado, meu pai foi consultor legislativo da Câmara, minha mãe é analista legislativa da Câmara, eu sou analista legislativo do Senado. Digo com orgulho que eu sou a terceira geração da minha família que trabalha como servidor efetivo e permanente do Congresso”, ressaltou. Ele disse, também, que assumiu num momento complicado, referindo-se à decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a instalação da CPI.

Leopoldo Silva/Agência Senado



Sabóia: “É óbvio que o sistema, em termos de reunião, tem limitações”

## » Cobrança a governadores

Com a chancela do procurador-geral da República, Augusto Aras, todos os 27 governadores do país receberam ofícios do Ministério Público Federal cobrando esclarecimentos sobre o ritmo de vacinação contra a covid-19. O pedido de esclarecimento ocorreu dois dias após o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), ler o requerimento de criação da CPI da Covid, cujo escopo foi ampliado com a inclusão de investigação de repasses federais para estados e municípios. Os documentos foram encaminhados aos gestores pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia de Covid-19 (Giace). O prazo para resposta é de 10 dias. A força-tarefa identificou “discrepância” no número de doses distribuídas pelo Ministério da Saúde e o total de vacinas efetivamente aplicadas. Em março, o presidente Jair Bolsonaro levantou desconfiança sobre a vacinação nos entes federativos. Em live, insinuou que governos estaduais e municípios não informavam corretamente dados sobre as doses enviadas. Alinhado ao Planalto, Aras vem sendo criticado nos bastidores da PGR por, na visão de adversários, tentar se cacifar para a vaga que será aberta no Supremo Tribunal Federal em julho, com a aposentadoria do decano Marco Aurélio Mello.